

APRESENTAÇÃO

Diálogos cruzados: guardar, narrar e viver

ANA CLAUDIA VEIGA DE CASTRO

JOANA MELLO DE CARVALHO E SILVA

EDUARDO AUGUSTO COSTA

Arquivo é construção social. Arquivo é discurso. Arquivo é poder. Se tomarmos essas três assertivas como chave de leitura aos textos reunidos neste livro, podemos pensar de que maneira os arquivos têm assumido um protagonismo nos campos da memória, da história, do conhecimento e das identidades nas últimas décadas. Aqueles que os organizam, conservam, coletam, descartam, mas também aqueles que pesquisam, narram, ensinam, difundem, exercem um papel fundamental na forma como se reconhece e se apresenta o próprio mundo social. Não sendo imunes aos contextos históricos, tais ações, por vezes naturalizadas, passaram a ser examinadas e revistas, como parte do giro epistemológico da década de 1970, que desmontou narrativas totalizantes e consolidadas, e abriu espaço para uma pluralidade de interpretações. Assim, não é estranho vermos hoje o questionamento constante das ordens das escolhas e das exclusões que constituem todas aquelas ações. É nesse caminho que os próprios documentos e suas estruturas de guarda, conservação e difusão deixam de ser exclusivamente ferramentas para o conhecimento, tornando-se, elas mesmas, objeto de pesquisa e de projeto.

O propósito deste livro, *Arquivos, memórias da cidade, historiografias da arquitetura e do urbanismo*, que reúne contribuições de pesquisadores da história, da arquitetura, do urbanismo, da cidade e das artes, bem como de bibliotecárias e arquivistas de instituições e universidades públicas do estado de São Paulo, é contribuir para discutir tais problemas, em especial nos campos da arquitetura e do urbanismo¹. Em um momento de discussão intensa e crucial sobre o papel do Estado e de instituições públicas e privadas na salvaguarda do patrimônio, seja ele projetado, edificado ou simbólico, as contribuições aqui reunidas dão a ver um longo caminho já percorrido e uma não menos extensa agenda de ação e reflexão².

Ao recuperarem o contexto de formação de acervos de arquitetura e urbanismo, em especial o da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAUUSP), mas não apenas, bem como a partir dos acervos as possibilidades de construção de

novas narrativas, os autores nos convidam a refletir sobre práticas didáticas, de pesquisa e de gestão e conservação de documentos, com seus rebatimentos no campo profissional, evidenciando os múltiplos vínculos entre os nove atos que escolhemos para organizar o conjunto de textos: indagar, organizar, conservar na primeira parte; narrar, ensinar, difundir na segunda; coletar, gerir, dialogar, na terceira.

Pois que é a partir de uma abordagem atenta às dimensões sociais, materiais e simbólicas da arquitetura em sua relação com a cidade, e desta última com os objetos construídos; às relações entre produção e consumo, sociedade e cultura; e aos diversos agentes envolvidos na concepção e realização de uma obra, um plano ou uma cidade; que materiais sob a guarda dos arquivos de arquitetura e urbanismo se tornam fontes, e que documentos já assimilados pela historiografia são revisitados, impulsionando revisões nas categorias e formas de catalogação, bem como nas plataformas de difusão e consulta.

Este volume, organizado em três partes que se relacionam e se auto iluminam, ao enfatizar as relações entre arquivos, narrativas historiográficas e memória a partir das experiências de profissionais de campos diversos do conhecimento envolvidos na gestão, uso e difusão de documentos, busca promover o debate e oferecer novos elementos para o pensamento e a ação.

A primeira parte – INDAGAR, ORGANIZAR, CONSERVAR – cumpre o papel de introduzir o leitor no universo deste livro e dessas questões. Partindo dos sentidos contidos na ação de indagar, desde sua etimologia – o ato de buscar diligentemente descobrir alguma coisa –, é de fato um sentido de pergunta que anima os artigos nela reunidos. Deste modo, propõe-se com esse conjunto de textos investigar, averiguar, examinar, perscrutar, não de modo desinteressado, ao contrário, diligentemente, a compreensão das formas urbanas e arquitetônicas, em suas especificidades e em suas possíveis relações, em seus usos, experiências, sujeitos e materiais.

O primeiro capítulo, “Arquivos municipais: repositórios de fontes para a pesquisa no campo da arquitetura e do urbanismo”,

tem a função de descontar os termos e os sentidos em torno dos arquivos, partindo de uma instituição fundamental para a investigação dos elementos cotidianos que fazem a cidade: o Arquivo Histórico Municipal de São Paulo. A supervisora do seu acervo permanente, Karla Maestrini, apresenta, juntamente à descrição dos conjuntos documentais ali depositados, as formas de organização mobilizadas na conservação de tais documentos, bem como as políticas de aquisição para a sua continuidade como um arquivo aberto. Nesta reflexão, aponta as especificidades e os desafios de salvaguarda dos documentos de arquitetura e urbanismo que ali encontram abrigo.

O artigo de Karla Maestrini permite pensar arquitetura e cidade como uma espécie de estrutura tangível, sustentada por uma infraestrutura intangível, mobilizando ambas, em suas existências, uma série de agentes e culturas disciplinares que geram compreensões de mundo e representações. Dito de outro modo, como parte de uma cultura urbana que se atém à materialidade, mas que dá a ver também seus aspectos menos visíveis, envolvendo e mobilizando numerosos agentes, entre os quais, o cidadão comum. É nesse tipo de arquivo, justamente, que é possível flagrar as múltiplas interações desse cidadão com o Estado, por meio de registros de diversas ordens ali recolhidos, organizados e catalogados. Evidencia-se assim a importância da manutenção do patrimônio documental do país, fonte inesgotável de perguntas para a cidade e a sua arquitetura. Ao mesmo tempo, por meio das coleções particulares ali depositadas, reflete-se sobre os sentidos da acumulação documental operada por indivíduos – notórios ou comuns – e as formas de assimilação dos mesmos ao contexto do interesse público.

Os atos de organizar e conservar, inerentes às práticas de arquivo, somam-se ao de indagar, explicitados pelas três pesquisas apresentadas nesta primeira parte – conduzidas por Ana Lanna, Ana Paula Nascimento e Beatriz Bueno – todas elas sediadas na FAUUSP, mas com interfaces disciplinares e institucionais diversas e sentidos de extroversão múltiplos.

A primeira abordagem, cujo enfoque da reflexão é sobretudo metodológico, apresenta no artigo “Um bairro italiano em São Paulo: arquivos e fontes para uma história do Bixiga” os rendimentos do cruzamento das diversas fontes de pesquisa no sentido de se reconhecer múltiplos grupos sociais, suas formas de ocupar e morar na cidade. Tal procedimento de pesquisa, ancorado em um projeto coletivo dirigido pela pesquisadora, permite o entendimento da formação do espaço urbano na sua pluralidade de processos, identificando-se a diversidade dos proprietários, dos usos e os ritmos de transformação do bairro. Mas evidencia também o caráter sempre provisório das investigações, ao explicitar que a construção de um bairro italiano flagrado naquele conjunto de materiais tende a minimizar a presença negra no território – diante da própria natureza dos materiais: títulos de uso e propriedade de imóveis, solicitações de reformas e construções. O texto de Ana Lanna contribui ainda para uma reflexão acerca da formação de novos acervos documentais – em função da reunião provocada por um determinado problema de pesquisa –, lembrando que a pesquisa como produção do conhecimento é sempre uma atividade coletiva, de maneira que seus resultados e materiais podem e devem continuar a contribuir para novas investigações.

Antes das outras duas pesquisas, o artigo de Eliana de Azevedo Marques, “A seção técnica de materiais iconográficos da biblioteca da FAUUSP: origem e história”, como deixa explícito seu título, apresenta a formação deste setor, responsável pela guarda, sistematização e difusão de todos os materiais doados à faculdade e que dizem respeito à cultura arquitetônica brasileira. O arquivo, neste artigo, mostra-se como processo. Ao reconhecer as bibliotecárias responsáveis em cada etapa de formação do acervo, a autora evidencia a importância fundamental da qualificação do servidor público, atuando em parceria com docentes e, de modo cuidadoso, contribuindo na conservação e na difusão dos materiais. Esse caminho histórico – a história do arquivo – permite uma leitura *pari passu* da própria historiografia, na medida em que se explicitam nas aquisições os interesses de pesquisa ou se evidenciam as

perspectivas de consagração deste ou daquele tema. É notável a incidência da ação de alguns professores da casa, tais como Carlos Lemos, Benedito Lima de Toledo ou Nestor Goulart Reis Filho, e o impacto de suas ações e decisões na formação de uma geração de historiadores da arquitetura e do urbanismo, cujas pesquisas passam a se dedicar a linguagens e preceitos arquitetônicos até então pouco estudados, reconhecendo e consagrando novos campos de interesse. A leitura do texto permite compreender desse modo o próprio arquivo como documento para aqueles que se interessam pela historiografia produzida na instituição. Os dois capítulos seguintes são enriquecidos por essa leitura.

Ana Paula Nascimento, pesquisadora que define como objeto de interesse em seu pós-doutorado uma das coleções da FAUUSP ainda pouco estudada, estabelece no artigo “Samuel das Neves: uma possível biografia profissional” a discussão em torno da própria montagem das coleções, seus interesses desde sua doação, as seleções e os descartes que operaram na sua formação. Com isso, contribui para colocar em xeque a ideia de “estabilidade dos documentos”, na medida em que chama a atenção para o fato de que não apenas as perguntas dos pesquisadores, mas também o tratamento técnico que os documentos recebem quando de sua catalogação, assim como seus lugares de guarda e as ações a que foram submetidos, incidem sobre seus sentidos. É desse modo que, orientada pela pergunta da biografia intelectual de um profissional da cidade, a pesquisadora reconstitui a trajetória individual de Samuel das Neves explicitando as lacunas biográficas e tomando-as como índice da própria narrativa até então dominante. Ao mesmo tempo, ao mobilizar a arquitetura sempre em relação à cidade, como prática profissional que envolve vários agentes, apresenta-a como um conhecimento disciplinar e também como uma atividade econômica, indicando como os resultados estéticos também são frutos de negociações e embates. A ideia de uma rede de sociabilidade apoiando a ação dos arquitetos, que aparece na biografia de Samuel das Neves, é retomada com centralidade no capítulo seguinte.

Em “Cem anos de Ramos de Azevedo – Severo & Villares (1879-1980): acervo documental e legado arquitetônico-urbanístico”, Beatriz Bueno, ao sintetizar resultados de distintos projetos de pesquisas sobre a trajetória do arquiteto Ramos de Azevedo (e as várias formações de seu escritório), elaborados ao longo de décadas e se apoiando em ações de salvaguarda e trabalhos investigativos anteriores, discute a difusão de suas pesquisas em exposições e publicações. Como professora e pesquisadora, Beatriz Bueno indica as amplas possibilidades de ordenamento, conservação e gestão desses materiais, revelando parcerias entre as instituições públicas (e em alguns casos também privadas) e destacando a importância dos financiamentos (aqui também, públicos e privados) para a elaboração de tais trabalhos. Ao indagar o material com olhos contemporâneos, a autora redimensiona a compreensão daquela figura notável como parte de uma rede profissional nacional e internacional, abrindo com isso, juntamente aos seus numerosos orientandos, novas frentes de investigação a partir do manejo das diversas fontes. O artigo sublinha ainda a importância das tecnologias de informação, tanto no sentido da conservação quanto no da difusão, indicando a passagem para as discussões da segunda parte deste livro.

A ênfase no segundo conjunto de textos – NARRAR, ENSINAR, DIFUNDIR – recai sobre os modos de narrar e seus vínculos com a historiografia, o ensino e a difusão. Vemos aqui outros usos dos arquivos, não apenas vinculados à pesquisa e à preservação. Estes textos aparecem articulados à formação dos arquitetos e urbanistas, seja do ponto de vista da cultura disciplinar e de sua história, seja do ponto de vista de outros campos do conhecimento e atuação profissional, exercidas na interface com as atividades da arquivística e da curadoria.

Esta segunda parte se inicia com o artigo de Maria Lucia Bressan Pinheiro, “O estudo da arquitetura colonial brasileira: sua inserção no curso de arquitetura da Escola Politécnica de São Paulo”. Nele, a autora apresenta o contexto de formação, as características e os usos dos acervos bibliográficos e iconográficos dedicados à arqui-

tetura colonial produzidos nas primeiras décadas do século xx, que orientaram e também foram produzidos durante a formação dos futuros arquitetos da Escola Politécnica. Ao fazê-lo, mostra o vínculo entre os materiais que compõem estes acervos – textos, fotografias, desenhos, réplicas – não apenas com os esforços de valorização do período colonial (e, com isso, de mudanças do ensino, ao menos do ponto de vista de seus modelos), mas também com o método vigente de ensino da arquitetura. Fruto do contexto disciplinar acadêmico e de uma nova atenção à produção arquitetônica local, então nomeada “brasileira”, esses materiais foram produzidos em levantamentos de campo e excursões técnicas dos professores para estudos e registros, sendo mobilizados nas aulas de história e de projeto. Olhados na atualidade, a partir dos seus problemas de pesquisa, a autora passa a tratar esses materiais como documentos que testemunham um momento de valorização da arquitetura colonial, de transformação do ensino da arquitetura no Brasil, da constituição das primeiras explicações de sua história e da difusão do Neocolonial.

A assimilação pelo então setor de projetos, hoje seção técnica de materiais iconográficos da biblioteca da FAUUSP, de parte dessa produção, com a doação da Coleção Victor Dubugras em 1994, aponta como esses documentos, e a própria seção, fizeram parte da revisão historiográfica da arquitetura brasileira que buscava rever a narrativa sobre a produção acadêmica no país. Revisão esta empreendida por professores muito ativos na constituição dessa seção, como aqueles mencionados acima, e que formariam uma nova geração de historiadores da arquitetura com desdobramentos que atingem inclusive a geração dos pesquisadores que organizam este livro.

Esta revisão incide também no âmbito do ensino, mas um ensino já muito distante daquele ministrado na Escola Politécnica, como mostram José Lira, Jonas Delecave, Victor Próspero e João Fiammenghi no artigo “Acervos, histórias e arquiteturas: notas sobre ensino e pesquisa”. Para circunstanciar historicamente essa diferença, os autores mostram que os esforços de levantamento,

reconstituição e análise da arquitetura brasileira teriam desdobramentos a partir dos anos 1930 na consolidação de políticas de preservação e conservação do patrimônio nacional. Como parte dessas políticas inclui-se a formação de arquivos históricos em instituições diversas, como a própria seção técnica de materiais iconográficos da FAUUSP – foco de análise do texto –, que informaram a escrita e o ensino da história. Uma história que vai se consolidando a partir de outras perspectivas disciplinares, inclusive da arquitetura, e que passa a ser cada vez mais entendida como uma produção social complexa, irredutível ao estatuto de obra de arte e da prática autoral. O texto apresenta e discute uma iniciativa empreendida pelos autores na disciplina optativa “Historiografia da arquitetura e projeto social”, ministrada na FAUUSP, dedicada ao manejo das coleções de escritórios de arquitetura sob guarda da instituição. A partir dessas coleções, os estudantes foram incentivados a refletir sobre a historiografia e também sobre as práticas sociais, materiais e discursivas da arquitetura. Os autores argumentam que a proposta, além de apresentar aos estudantes os materiais e instrumentos de pesquisa e extroversão do conhecimento acadêmico que embasam as atuações profissionais nos campos da historiografia, do projeto e da preservação, também os habilita a atuarem em áreas da profissão dedicadas à organização, conservação, difusão e curadoria dos documentos de arquitetura e urbanismo.

Esse interesse manifesto pelos autores e compartilhado por outros docentes da FAUUSP passou também a orientar, mais recentemente, a gestão, conservação e difusão da seção técnica de materiais iconográficos, como mostra o capítulo “Acervo iconográfico da FAUUSP: desafios e perspectivas”, de Gisele Ferreira de Brito. Nele, a autora apresenta a crescente demanda por parte de pesquisadores e docentes pelo acervo, notadamente por materiais pouco ou ainda não trabalhados pela historiografia. Gisele Brito chama atenção para o fato de que a diversidade de usos dos materiais sob a guarda da seção, seja em trabalhos acadêmicos, salas de aulas, palestras, publicações, seja em filmes, documentários e exposições, orienta

não apenas as políticas de cessão e empréstimo de tais materiais, mas uma série de outras ações. Entre elas, a própria organização e conservação dos documentos, na medida em que fomenta projetos de pesquisa, participação em editais de graduação, extensão e conservação e a construção de parcerias em eventos acadêmicos e curatoriais, que por sua vez podem resultar na formulação de novos problemas de pesquisa, na reorganização das narrativas e na construção de novas interpretações. Fica clara a preocupação da seção com a ampliação da difusão das coleções, merecendo destaque a parceria entre a FAUUSP e a Associação Wiki Movimento Brasil, bem como a criação do portal Acervos, cuja funcionalidade aponta para possibilidades de construção de redes entre arquivos diversos e a amplificação de diálogos institucionais e de pesquisa. O artigo que fecha essa segunda parte, “Euforia e pragmatismo: utilizando arquivos arquitetônicos”, é assinado por André Tavares, que reflete sobre alguns usos dos arquivos de arquitetura e sobre como esses usos são informados e constituem uma maneira específica de pensar a disciplina e seu papel social. O primeiro uso está diretamente vinculado às atividades de pesquisa e ao interesse de rever as narrativas habituais sobre a arquitetura moderna portuguesa. A estratégia adotada para proceder a esta revisão, bem como seu enfoque, foi se constituindo no embate com o arquivo, de maneira que ao final de sua pesquisa não se tratava apenas de examinar a produção moderna de arquitetura de maneira isolada, mas de pensá-la no contexto urbano e em sua capacidade de transformá-lo. O segundo uso notado pelo autor tem relação com as atividades de difusão e as possibilidades de apresentar ao público leigo uma leitura da arquitetura para além da obra de arte – produto autoral – vendo-a como fruto de uma profissão cuja prática e os usos são sempre coletivos, operando uma síntese entre as proposições do arquiteto, as demandas dos clientes e as possibilidades materiais e sociais de realizá-las.

Compartilhando a concepção e a forma de abordagem da arquitetura que orienta a organização deste livro, Tavares enfatiza em seu texto algo que nos interessa particularmente: se os arquivos

precisam de estudiosos, estes também precisam dos arquivos, e é essa necessidade compartilhada que os constituem mutuamente. O texto aponta para questões que são enfocadas de modo mais detido pelo terceiro conjunto de textos que completa este livro: a especificidade de cada arquivo, pelo tipo de material, disciplina e instituição de guarda; os desafios da catalogação e digitalização frente a essas especificidades e o interesse de construir redes solidárias de informações.

A terceira e última parte do livro – COLETAR, GERIR, DIALOGAR – apresenta reflexões igualmente relevantes para a renovação historiográfica, crítica e prática em torno da arquitetura e do urbanismo. Se nas duas primeiras trata-se de destacar a importância dos arquivos enquanto repositórios de documentos indispensáveis à revisão de pressupostos e narrativas, nesta o debate recai particularmente sobre a relevância dos arquivos enquanto instituições em si, mobilizadoras de discursos e práticas. A reflexão não incide, portanto, nas descobertas que podem ser identificadas ao se perscrutar cuidadosamente os documentos arquivados. Ao contrário, os artigos propõem uma reflexão que avalia a própria estrutura do arquivo enquanto manifestação de poder, imposição de práticas, e também de superação e enfrentamento de agendas contemporâneas.

É este o debate proposto por Solange Ferraz de Lima, em seu texto “Desafios contemporâneos do Museu Paulista da USP: acervos em diálogo”. Mobilizando de partida os desdobramentos suscitados pelo projeto Photo-Objetcts. Photographs as (Research): Objects in Archeology, Ethnology, and Art History, a autora explicita a importância da dimensão material dos artefatos, para além da sua condição pictórica, visual. Demonstra, assim, uma inflexão nos debates acadêmicos. Se antes pautadas exclusivamente pela visualidade, as reflexões sofreram um deslocamento em benefício de sua condição material, pressupondo uma vida social, uma cultura a qual os documentos estão associados de maneira imbricada. Mas aqui a autora alerta para a complexidade que se impõe em função dos processos contemporâneos de digitalização e extro-

versão, para não falar de documentos *nato digitais*. Em função deste novo cenário cultural, Solange Lima reconhece que as instituições detentoras de arquivos precisam estabelecer dinâmicas cuidadosas e associativas entre os processos de “documentação, pesquisa e conservação”. A partir da descrição de coleções do Museu Paulista e dos projetos a elas associados, demonstra-se como é fundamental que a instituição reconheça essas etapas do processo institucional, visando não apenas a possibilidade de desenvolvimento de novas pesquisas, mas também de novas práticas e propostas curatoriais, bem como a formação qualificada de graduandos e pós-graduandos. Reconhece-se, assim, que um arquivo – seja ele de um museu, centro cultural ou universidade – não pode ser engessado ou irredutível. Ao contrário, trata-se de uma estrutura que precisa ser problematizada e constantemente reavaliada, buscando potencializar suas possibilidades de ação e abordagem transdisciplinar.

Lauci Bortoluci Quintana, no artigo “Historiografia da arte no MAC USP: obras de arte, arquivo e biblioteca”, também contribui para o reconhecimento da importância das estruturas de informação como parte constitutiva das missões institucionais. Tomando a trajetória e os planos de ação do MAC USP como pressupostos para a reflexão, apresenta os dois *loci* informacionais deste museu: biblioteca e arquivo. No que se refere à biblioteca, destaca que as suas coleções cumprem o papel de organização de conjunto bibliográfico fundamental para a pesquisa relativa ao pensamento moderno nas artes plásticas brasileiras. Tem-se, assim, três coleções: a biblioteca do artista Italiano Paulo Rossi Osir constitui fonte expressiva para o reconhecimento das bases estruturantes do pensamento do artista, como também para a circulação de ideias na primeira metade do século xx; a de Mario Zanini, que não só apresenta referências a importantes artistas, mas também um debate teórico sobre a posição artística autônoma em relação ao academicismo do século xix; e a de Walter Zanini, primeiro diretor do MAC USP, que expõe uma história institucional. A autora apresenta também o importante exemplo da recém-constituída

Coleção de Livros de Artista. Neste caso, demonstra que esta coleção é uma resposta aos interesses institucionais de pesquisa e curadoria, e que ela impõe, por sua complexidade material, dinâmicas dialéticas para a própria constituição dos instrumentos de busca e informação. Quanto ao arquivo institucional, Lauci Quintana apresenta questões semelhantes, destacando que tal estrutura precisa responder e trabalhar junto às demandas institucionais, bem como a de artistas, docentes, alunos, curadores e pesquisadores em geral, adequando-se aos estímulos e agendas do museu.

Se o trabalho de Lauci Quintana evidencia que pensar os arquivos é condição para o bom funcionamento do MAC USP, Giselle Beiguelman não deixa dúvidas de que o arquivo é instituição condicional para as formas de luta na contemporaneidade. Em “Das memórias conservadoras aos arquivos corrompidos: visualidades e formas de luta na contemporaneidade”, a autora apresenta uma instigante reflexão sobre a relação entre arte e políticas de memória. Tomando obras referenciais para o campo das artes, discute a relação entre os retratos renascentistas, produção de estatuária, medalhas e diários para a construção de uma representação adequada aos interesses de monarcas, religiosos e figuras públicas em geral. A memória passa pela representação, sua visibilidade, e é constitutiva de uma cultura essencialmente moderna no ocidente. É a partir desta reflexão que Giselle Beiguelman dá destaque ao lugar que os arquivos vieram a ocupar nas práticas artísticas, desde os anos 1920, para se consolidar em ações que visam disputar e construir valores contemporâneos. Foi desta forma que os arquivos passaram a ser instrumentos importantes no enfrentamento dos sistemas opressores, onde se pode dar voz não apenas aos excluídos, mas também revelar a violência das estruturas de poder. Frente a este contexto, a artista apresenta trabalhos que enfrentam as massas de dados digitais e as estéticas de banco de dados. É nos ruídos, nas falhas e lacunas – que ganham densidade em alguns de seus trabalhos artísticos, como em *Cinema Lascado* (2016) – que se demonstra a concretude e a importância do debate artístico contemporâneo associado aos arquivos.

“Sítios de consciência: história, trabalho em rede, arquivos”, apresentado por Renato Cymbalista, fecha esta coletânea estabelecendo uma importante relação entre os arquivos e os *sítios de consciência*. Constituída como forma de contraposição às narrativas dominantes operadas por estados nacionais, Cymbalista dá destaque à emergência de uma rede de instituições que se constituiu, na virada para o século XXI, para organizar narrativas próprias e defender suas memórias através do questionamento e reinterpretação de arquivos existentes, mas também da acomodação e criação de novas estruturas. Para tanto, o autor apresenta um histórico de dez instituições, capitaneadas pelo Tenement Museum de Nova York, destacando a implementação da rede, seus desafios e alguns de seus desdobramentos. Se os sítios de consciência estabelecem uma relação explícita com o enfrentamento de narrativas dominantes, a estratégia arquivística entra como elemento condicional para dar concretude, evidência, aos novos discursos narrados. Trata-se de uma forma de ação muito semelhante à que os artistas vêm utilizando, e não é por menos que esta rede se estabelece dentro de uma instituição museológica. Aqui, a dimensão operacional tem novamente seu sentido de ação como elemento constitutivo. O trabalho de Cymbalista completa este conjunto de reflexões demonstrando, uma vez mais, que as formas de reconstrução social e enfrentamentos passam inequivocamente pelos arquivos.

Ao organizar e apresentar os textos que compõem este livro, procuramos apontar relações possíveis entre eles e destacar questões centrais que estruturam as três partes deste livro. Outros vínculos e aproximações certamente podem ser construídos durante a leitura, em parte graças à apostila de reunir experiências diversas de inserção profissional e institucional, na perspectiva arquivística e historiográfica, nas práticas de ensino, pesquisa e difusão. Se a ênfase dos artigos aqui reunidos recai sobre as experiências realizadas em São Paulo, é desejo dos organizadores ampliar o debate, aproximando essas discussões de outras em curso no Brasil e fora, de modo a articular redes nos sentidos aqui apresentados

pelos diversos autores³. Debates que podem partir das questões e desafios aqui colocados e outros que estão na ordem do dia ou são suscitados pela leitura dos trabalhos.

Para fechar este livro abrindo um diálogo, colocamos aqui algumas perguntas que nos parecem importantes. Como proceder as revisões de catalogação e políticas de arquivo diante das revisões historiográficas, das mudanças nas práticas profissionais do campo da arquitetura e do urbanismo, e também das lutas por representação e memória? Como estabelecer balizas nos arquivos, articuladas às missões das instituições que os detêm? Como construir redes de informações que permitam um diálogo produtivo e qualificado entre instituições? Como articular documentos produzidos pelas pesquisas com os arquivos a partir dos quais elas foram realizadas? Como dar visibilidade aos arquivos e permitir que tais estruturas possam contribuir de modo ativo com a produção intelectual e, prioritariamente, com a transformação social? O tema dos arquivos é denso e, por certo, outras perguntas poderiam se somar a estas.

Esperamos que este livro possa suscitar algumas respostas, e seja uma oportunidade de ampliar o debate em torno dos arquivos, que é estrutural para a arquitetura, o urbanismo e, por consequência, para toda a sociedade, em seu sentido amplo, democrático e libertário.

Março de 2021